na Vara do Trabalho de Parintins, no período de 9 a 20-4-2018.

Art. 2º Considerar os dias 8 e 20-4-2018 como trânsito.

Art. 3º Conceder ao referido magistrado doze diárias e meia, relativas ao período de 8 a 20-4-2018.

Art. 4º Determinar que sejam apresentados pelo magistrado ao Núcleo de Contabilidade os comprovantes de embarque e o relatório de viagem, nos termos do art. 16 da Resolução CSJT nº 124/2013.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
Desembargador do Trabalho
Corregedor do TRT da 11ª Região

Recomendação

Recomendação

RECOMENDAÇÃO Nº 08/2018/SCR, DE 09/04/2018

Recomenda aos magistrados de 1ª Instância deste Regional que observem procedimentos para lançamento das tarefas "sobrestamento", "arquivamento provisório" e "arquivamento definitivo" nos processos em fase de execução.

O DESEMBARGADOR-CORREGEDOR DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 38, inciso V, do Regimento Interno do TRT da 11ª Região, CONSIDERANDO ter sido constatado que

alguns magistrados têm adotado a prática de reunião de processos na fase de execução, efetuando o arquivamento definitivo dos processos a serem reunidos e mantendo desarquivado apenas um processo, tido como processo "chave";

CONSIDERANDO que tal prática gera distorções tanto na estatística deste Regional, quanto na produtividade dos magistrados, haja vista que os processos arquivados definitivamente são considerados finalizados, com a prestação jurisdicional encerrada, e, portanto, quaisquer resultados lançados posteriormente não são reconhecidos pelo sistema e-Gestão;

CONSIDERANDO as instruções do Núcleo de Apoio ao Pje e e-Gestão, bem como as contidas no manual de orientações do 1º grau no ambiente Wiki do Sistema e-Gestão, acessível em < <http://negestao.tst.jus.br/> >;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a fidedignidade dos dados estatísticos e de produtividade de magistrados neste Regional.

RESOLVE:

Art. 1º Recomendar aos magistrados que, com o fito de evitar pendências no sistema e-Gestão, utilizem a tarefa "sobrestamento" nos processos a serem reunidos para andamento conjunto na fase de execução, efetuando movimentações apenas no processo "chave", a exemplo do que ocorre nos casos de demandas conexas, prosseguimento da execução contra um mesmo devedor, dentre outros.

§ 1º Havendo a determinação judicial para a reunião dos processos, se faz mister selecionar a tarefa "Sobrestamento", disponível para os processos localizados na pasta "Análise de Execução" e, após, inserir o "Movimento Processual" complementar que mais se adequa ao caso; ao final, deve-se clicar em "gravar e prosseguir" para salvar os lançamentos;

§ 2º No que se refere ao caso descrito no caput do presente artigo, recomenda-se que o "Movimento Processual" a ser utilizado seja: "suspensão o processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente".

Art. 2º Recomendar que o lançamento da tarefa "arquivamento provisório" seja realizado somente nos casos em que não tenham sido encontrados o devedor ou bens penhoráveis, correspondendo à suspensão da execução de que tratam os artigos 40 da Lei nº 6.830/80 e 921, inciso III, do CPC, instruindo-se que o "Movimento Processual" a ser utilizado antes do arquivamento provisório seja: "suspensão o processo por execução frustrada".

§ 1º Havendo determinação judicial para que o processo seja arquivado provisoriamente e partindo da tarefa "Análise de Execução", o usuário deve selecionar a tarefa: "arquivar o processo" e, em seguida, clicar na opção "arquivar provisoriamente";

§ 2º Após as diligências descritas no parágrafo anterior, o processo estará arquivado e poderá ser encontrado na pasta "arquivamento provisório", na aba arquivados;

§ 3º O arquivamento provisório possibilita que as movimentações posteriores ao seu lançamento sejam contabilizadas pelo sistema e-Gestão, quando feito o desarquivamento dos autos para o prosseguimento da execução, caso encontrados o devedor ou bens penhoráveis, por exemplo;

Art. 3º Recomendar o lançamento da tarefa "arquivamento definitivo" nas exclusivas e únicas hipóteses de exaurimento da prestação jurisdicional.

§ 1º Havendo a determinação para que o processo seja arquivado definitivamente, a Secretaria deve seguir o seguinte iter:

a) Proceder à devida revisão para verificação de pendências e, após, certificar a revisão e o conseqüente arquivamento;

b) Finda a análise de pendências e a certificação dos autos, partindo da tarefa Análise de Execução, o usuário deve selecionar: "arquivar

o Processo" e, em seguida, selecionar a opção "arquivar definitivamente";

c) O processo estará arquivado e poderá ser encontrado na pasta "arquivamento definitivo", na aba arquivados.

§2º Após o lançamento do "arquivamento definitivo", o sistema e-Gestão passa a não reconhecer movimentos posteriormente lançados nos autos, culminando na perda de produtividade e em incoerências estatísticas deste Tribunal, caso sejam dadas movimentações posteriores.

Art. 4º Esta Recomendação entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 09 de abril de 2018.

Assinado eletronicamente
AUDALIPHAL HILDEBRANDO DA SILVA
Desembargador do Trabalho
Corregedor Regional do TRT da 11ª Região

Gabinete da Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio

Portaria

Portaria

Portaria 005.2018

PORTARIA Nº 005/2018/GDRBS - Manaus, 11 de abril de 2018

Designa Ana Regina Moreira Schwingel para substituir Rejane De Aragao Oliveira na função de Assessor De Juiz.

A Desembargadora Ruth Barbosa Sampaio, no uso de suas atribuições delegadas por meio da PORTARIA Nº 1866/2015/SGP,

CONSIDERANDO o afastamento de Rejane De Aragao Oliveira, Matrícula Mentorh 118011, ocupante da Função Comissionada, Código CJ-03 (2000639), de Assessor De Juiz, em razão de participação de treinamento no período de 25-4-2018 a 28-7-2018,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 04/2018/GDRBS do dia 10.4.2018 e publicada no Diário eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 11.4.2018. cujo texto segue abaixo:

ONDE SE LÊ: "no período de 25.4.2018 a 27.4.2018";

LEIA-SE: "no período de 25.4.2018 a 28.4.2018".

Art 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Assinado Eletronicamente
Ruth Barbosa Sampaio

Anexos

Anexo 9: [Download](#)

4ª Vara do Trabalho de Manaus

Portaria

Portaria